



SIGNO LINGUÍSTICO VERSUS SIGNO ONOMÁSTICO: CONVENCIONALIDADE E MOTIVAÇÃO PARA FALAR E NOMEAR

Tríssia Ordovás Sartori¹

***Resumo:** O signo linguístico diferencia-se do signo onomástico por apresentar um caráter arbitrário em relação ao seu referente, ao contrário do segundo, que é motivado. A Onomástica, que estuda os nomes próprios, caracteriza-se, também, pela particularidade da função, que é de identificá-los e individualizá-los. Os nomes próprios, por sua vez, revelam valores socioculturais e econômicos e podem ser estudados, também, levando-se em consideração fatores extralinguísticos de suas escolhas. Este artigo será baseado nas teorias de Saussure e Benveniste sobre a natureza do signo linguístico, bem como nas reflexões de Dauzat, Marcato e Dick, sobre o nome próprio e o ramo da linguística que se encarrega de estudá-lo.*

***Palavras-chave:** Signo linguístico. Signo onomástico. Nome. Motivação. Convencionalidade.*

INTRODUÇÃO

Embora as pessoas estudem a linguagem desde a invenção da escrita, foi nas primeiras décadas do século passado, com a visão estruturalista de Saussure, que a linguística adquiriu o status de ciência. O estudioso suíço centralizou seus estudos na língua concebida como sistema. Para ele, língua é um sistema cujas partes são solidárias entre si, regidas por um conjunto de regras que determinam o emprego de sons e relações sintáticas necessárias à produção de significados. A língua é, pois, coletiva, social e sistemática. Em contrapartida, a fala é a execução da língua pelo indivíduo.

A partir dos conceitos desenvolvidos por Saussure (2004), surgem outros autores, alguns que partilham as ideias do suíço, outros que as criticam. O presente trabalho traz um comparativo entre Saussure e Benveniste, a partir da concepção individual dos autores sobre o signo linguístico, com suas semelhanças e diferenças, bem como suas contribuições para os estudos da língua.

Benveniste caracteriza-se como um autor pós-saussuriano, ou seja, parte da teoria explicitada por Saussure, mas diverge em alguns pontos, como na maneira de perceber a linguagem e a própria língua.

Embora ambos estudem a língua, ela é percebida sob pontos de vista diferenciados. Enquanto Saussure define a língua como sistema de signos linguísticos, Benveniste prevê a inserção de falantes para defini-la, tendo sido o primeiro linguista a propor uma teoria da enunciação. Valoriza o uso da linguagem, a constituição do sujeito pela alternância do eu, tu, aqui e agora.

¹ Jornalista, graduada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2001). Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul (2010). Doutoranda em Letras - Leitura e Processos de Linguagem, na associação ampla UCS/UniRitter. É repórter, colunista e blogueira do jornal Pioneiro, do Grupo RBS.



Como a linguagem não é estanque, está sempre se modificando, é importante buscar entendimento aprimorado e contínuo sobre o signo linguístico, elemento constituidor da língua.

Já o signo que é a base de estudos da Onomástica, disciplina que estuda os nomes próprios, seja de lugares, no caso da Toponímia, quanto de pessoas, no caso da Antroponímia, que será discutida neste trabalho.

Assim, signo linguístico e onomástico apresentam semelhanças na origem e diferenças na função.

SIGNO LINGUÍSTICO EM SAUSSURE

Dada a complexidade da linguagem humana, o signo serve como ponto de partida para estudá-la, uma porta de entrada para a Linguística. Ao buscar definir a Linguística como Ciência, Ferdinand de Saussure apropria-se do próprio objeto de estudo para explicá-la, conforme apontamentos organizados por seus alunos, Charles Bally e Albert Sechehaye, e reunidos no Curso de Linguística Geral (a partir daqui, CLG).

Assim, língua e a fala, dois aspectos que definiram a teoria saussuriana, são usadas para as próprias definições de língua e fala. Segundo Barbisan e Flores, “o objeto da linguística é, assim, denominado língua, o primeiro aspecto da linguagem” (2009, p. 10).

A língua é tomada como um sistema que deve ser estudado de maneira científica, e a fala é a realização da língua, um produto social criado a partir de convenções, e subordinada a ela. Desta maneira, o objeto linguístico por excelência é a língua, que depende da fala para evoluir. Na definição clássica do autor para a língua,

Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (SAUSSURE, 2004, p. 21)

Saussure concebe a língua como um sistema de signos e não a vê apenas como uma nomenclatura, mas algo que necessita de uma série de fatores (psíquicos, físicos ou fisiológicos) vinculados por associações. A unidade linguística, assim, é a união de dois termos, uma entidade psíquica com duas faces interdependentes. Saussure explica que:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la de material, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato. (SAUSSURE, 2004, p. 80)

O signo linguístico é, pois, uma unidade portadora de sentido e, para acabar com a ambiguidade das noções apresentadas acima, o linguista propõe que se substituam as palavras conceito e imagem acústica por significado e significante, respectivamente.



Para definir o signo linguístico, utiliza duas características essenciais, tomadas como princípios no CLG. A arbitrariedade é o primeiro princípio do signo linguístico e a linearidade do significante, o segundo.

O linguista explica que a relação entre significante e significado, que é una, dá-se por um laço arbitrário. Esse caráter arbitrário do signo pode ser comprovado, segundo Saussure, pelas diferenças existentes nas várias.

Saussure explica que:

A palavra arbitrário requer também uma observação. Não deve dar a ideia de que o significado dependa da livre escolha do que fala (ver-se-á, mais adiante, que não está ao alcance do indivíduo trocar coisa alguma num signo, uma vez que esteja ele estabelecido num grupo linguístico); queremos dizer que o significante é imotivado, isto é, arbitrário em relação ao significado, com o qual não tem nenhum laço natural na realidade. (SAUSSURE, 2004, p. 82 e 83)

A esse princípio, Saussure faz duas objeções:

- a) As onomatopeias, dizendo que não são “elementos orgânicos de um sistema linguístico” (SAUSSURE, 2004, p. 83), e, em muitos casos, representa uma simples evolução fonética.
- b) As exclamações, usando explicações análogas às onomatopeias, não revelam expressões espontâneas da realidade, como podem sugerir. Na comparação entre duas línguas, o vínculo entre o significado e o significante não é necessário, é convencional.

Seguindo seus estudos, Saussure problematiza o uso do termo símbolo, que foi substituído por signo, trazendo à discussão a ligação referencial entre termo e objeto — tratada como “um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado” (SAUSSURE, 2004, p. 82) — o impedindo de ser completamente arbitrário.

O princípio saussuriano sobre a linearidade do significante explica que ele se desenvolve no tempo, em uma determinada ordem, sendo produzido apenas uma vez no discurso, no eixo dos sintagmas. Tem, segundo Saussure, as seguintes características: “a) representa uma extensão, e b) essa extensão é mensurável numa só dimensão: é uma linha” (2004, p. 84). Esse princípio explica porque os signos são proferidos um depois do outro, constituindo uma cadeia, uma sequência fônica dotada de significação.

A significação de cada signo linguístico é transmitida com o passar dos anos e aquele nome dado a um objeto, em determinando momento, de maneira imposta, perpetua-se graças ao que Saussure chama imutabilidade do signo. De acordo com ele, a imutabilidade corresponde ao fato de que não se pode mudar o nome de um elemento por vontade própria, “a língua aparece sempre como uma herança da época precedente” (SAUSSURE, 2004, p. 85).



SIGNO LINGUÍSTICO EM BENVENISTE

As reflexões e teorizações sistematizadas por Saussure serviram como ponto de partida para a reflexão de Benveniste, que toma essas ideias e as amplia. Ele acrescenta a ideia de “coisa”, de realidade ao signo linguístico e vê nela a contradição entre as afirmações de Saussure e a natureza do signo linguístico.

Benveniste leva em consideração a noção usada em linguística para o termo arbitrário, naquela época, dizendo que “toda afirmação sobre a essência da linguagem ou sobre as modalidades do discurso começa por enunciar o caráter arbitrário do signo linguístico” (BENVENISTE, 2005, p. 53). Explica, assim, a necessidade de entender o sentido atribuído por Saussure para definir o princípio da arbitrariedade.

Decide averiguar, então, essa arbitrariedade. Segundo Benveniste, Saussure exclui o mundo objetivo da formulação desta teoria. Ao explicar o arbitrário, considera um terceiro elemento, a coisa, a realidade, e repensa o caráter do signo estabelecido por Saussure:

Quando fala da diferença entre b-ô-f e o-k-s, refere-se, contra a vontade, ao fato de que esses dois termos se aplicam à mesma realidade. Eis aí, pois, a coisa, a princípio expressamente excluída da definição do signo, e que nela se introduz por um desvio e aí instala para sempre a contradição. (BENVENISTE, 2005, p. 54).

A contradição estabelece-se, assim, pelo fato de Saussure não considerar a língua como substância, mas exclusivamente como forma: “é somente se se pensa no animal boi que se tem base para julgar ‘arbitrária’ a relação entre boi de um lado, oks do outro, com uma mesma realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 54-55). Em realidades diferentes, portanto, este conceito não se validaria. Assim, chega-se à afirmação clássica de que “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não a outro” (BENVENISTE, 2005, p. 56).

Para Benveniste, ao contrário de Saussure, é o falante que resolve o problema da arbitrariedade do signo linguístico, no uso da língua: “para o falante há, entre a língua e a realidade, adequação completa: o signo encobre e comanda a realidade; ele é essa realidade” (BENVENISTE, 2005, p. 57).

Para ele, o signo linguístico não é arbitrário, é necessário (grifo do autor). Diz, ainda, que a “consustancialidade do significante e do significado garante a unidade estrutural do signo linguístico” (BENVENISTE, 2005, p. 56), sendo ambos os conceitos interdependentes. Benveniste afirma que:

O que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado momento da realidade, mas não a outro. (...) Propor a relação como arbitrária é para o linguista uma forma de defender-se contra essa questão e também contra a solução que o falante lhe dá instintivamente. (BENVENISTE, 2005, p. 56-57)



Defende que o signo é a realidade, é ele que a encobre e a comanda. Essa arbitrariedade, para Benveniste, existiria apenas como fenômeno ou objeto material, sem interferir na constituição do signo linguístico.

O autor entende o signo linguístico como unidade semiótica, portador de uma dupla relação, sendo considerado enquanto unidade e como dependente da ordem semiótica.

Considera, assim, a caracterização das unidades semióticas como portadoras de forma e sentido, pois se apresenta como significante e significado. Diz que o signo “é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem o uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua” (BENVENISTE, 2005, p. 227). Completa dizendo que “é no uso da língua que um signo tem existência; o que não é usado não é signo; e fora do uso o signo não existe” (BENVENISTE, 2005, p. 227).

Para o autor, essa noção do signo, está ligada à fala, ao momento em que a língua pode ser enunciada, ao seu caráter indivisível e, que ainda assim, pode ser decomposto em unidades menores, dependendo da necessidade de quem o enuncia.

O autor também discute a presença de um significante e de um significado. Ele percebe a função dos dois conceitos como sendo inter-relacionados, afirmando que “o significante não é apenas uma sequência dada de sons que a natureza falada, vocal, da língua exigiria; ele é a forma sonora que condiciona e determina o significado, o aspecto formal da entidade chamada signo” (BENVENISTE, 2005, p. 225).

Com base nessa ideia, o autor sugere que o significante é aquele que, através de uma cadeia de sons, ativa um elemento correspondente ao conceito falado na mente, descrito pelo significante e equivalente ao significado.

O significado, por sua vez, tem como característica primordial o sentido, já que para ele “significar é ter um sentido, nada mais” (BENVENISTE, 2005, p. 227). O sentido, assim, é muito valorizado pelo autor, sendo que signo assume um sentido por meio de oposições e/ou relações que estabelece.

O sentido referido por Benveniste diz respeito à ideia transmitida e ao seu emprego. Desta maneira, segundo ele (BENVENISTE, 2005, p. 231), “se o “sentido” da frase é a ideia que ela exprime, a 'referência' da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou, de fato, a que ela se reporta e que nós jamais podemos prever e fixar”.

Quanto à noção de signo, Benveniste destaca que o signo só pode existir quando a língua está em uso, na fala. Para que um signo exista, é necessário que ele seja aceito e que se relacione com os outros signos. Diferentemente de Saussure, que divide língua e fala, Benveniste propõe outra divisão, a do sentido e da forma, afirmando que há duas maneiras distintas de ser língua no sentido e na forma. A primeira tem como função linguística significar. A segunda, comunicar. Segundo ele:

A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação. O signo semiótico existe em si, funda a realidade da língua, mas ele não encontra acepções particulares; a frase, expressão do semântico, não é senão particular. Com o signo tem-se a realidade intrínseca da língua; com as frases ligam-se as coisas fora da língua; e enquanto o signo tem por parte integrante o significado, que lhe é inerente, o sentido da frase implica referência à situação de discurso e a atitude do locutor. (BENVENISTE, 2005, 230)



Segundo Flores e Barbisan (2009), Benveniste concebe a existência ou não de um signo e seu sentido a partir da dependência de que ele possa ser usado pelos falantes da língua. Completam que “em Benveniste, o significado do signo linguístico comporta o uso da língua, logo valor, inerente ao sistema, decorre da influência que o uso tem sobre esse sistema” (2009, p. 19).

SIGNO ONOMÁSTICO

A Onomástica é a ciência que estuda os nomes próprios. A palavra deriva do grego antigo *onomastiké*, ato de nomear. Marcato acrescenta que o conceito esteve “presente no latim tardo na forma *onomasticon*; trata-se da arte do *ónoma*, o nome, que se torna, com Aristóteles, uma parte do discurso depois distinto em apelativo e nome próprio” (2009, p. 10).

Ela está inserida na área da Lexicologia e se subdivide em *antroponímia*, o estudo de nomes próprios de pessoas, e *toponímia*, estudo de nomes próprios de lugares, levando em consideração a origem, a evolução e as alterações de percurso.

Os integrantes da onomástica caracterizam-se por uma série de elementos específicos que os distinguem do sistema léxico. O primeiro deles diz respeito à sua função individualizadora e identificadora. Assim, cada nome próprio assume um papel fundamental na identificação e organização de um sistema administrativo na sociedade.

Comparado ao signo linguístico, a constituição do signo onomástico é um pouco diferente. Também constituído por significado e significante, o significado nem sempre aparece explícito. Marcato questiona a aproximação entre os dois conceitos:

Ma va detto che non è sempre scontata (come dovrebbe essere) l'appartenenza dell'onomastica all'interno delle discipline linguistiche per il fatto che il nome próprio non è considerato appieno un segno linguístico data la mancanza (o la debolezza) del significato, che è una parte (l'altra è il cosiddetto significante) di cui è composto un segno linguístico. (MARCATO, 2009, p. 18)

A autora explica, ainda, que,

Rispetto a un segno linguístico, il segno onomástico è formato da un significante, un'entità fônica, che si rapporta direttamente a un individuo, che há la funzione di identificare un individuo all'interno di una collettività, senza il tramite di un significato relativo a un elemento o <<oggetto>> singolo e concreto, cioè a un <<referente>>. Per tale caratteristica spesso il segno onomástico viene considerato una <<etichetta>>, un <<cartellino>>.”(MARCATO, 2009, p. 19).²

² Com relação a um signo linguístico, o signo onomástico é formado por um significante, uma entidade fônica que se reporta diretamente a um indivíduo, que tem a função de indicar um indivíduo no interior de uma coletividade, sem a passagem por um significado relativo a um elemento ou <<objeto>>, individual e concreto, isto é, a um <<referente>>. Por (ter) tal característica frequentemente o signo onomástico é considerado uma <<etiqueta>>, um <<rótulo>>.



Diferentemente do signo linguístico, que é arbitrário, o signo onomástico, neste caso, particularizando o toponímico, é um signo linguístico motivado. De acordo com Dick (1990):

Muito embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua, ou um significante, animado por uma substância de conteúdo, da mesma forma que todo e qualquer outro elemento do código em questão, a funcionalidade de seu emprego adquire uma dimensão maior, marcando-o duplamente: o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo.” (DICK, 1990, p. 18)

A motivação, tanto nos antropônimos quanto nos topônimos, revela-se no momento de sua designação. Com o decorrer dos anos, no entanto, distancia a intencionalidade do ato denominador do nome em si. O significado da denominação que, na época, era claro e transparente, torna-se, com o passar do tempo, opaco em decorrência dessa distância temporal e espacial.

Ainda assim, os designativos são mantidos, o que tornam o signo onomástico um “fóssil linguístico”³ (DICK, 1990, p. 20). Dauzat explica que a interpretação acerca dos nomes de pessoas permite conhecer a marca de civilizações passadas, e um estudo interdisciplinar na área da linguística permite que se conheça a motivação por trás do signo onomástico.

Segundo Dauzat, “com os nomes de pessoas pode-se mergulhar no âmago da alma popular dentre as épocas mortas. Não são eles (os nomes) os símbolos vivos de crenças, de superstições desaparecidas?” (1950, p. 7).

O signo onomástico, desta forma, não se circunscreve exclusivamente em uma análise lexicológica. Transcende o estudo das lexias e aproxima-se mais da interpretação de Benveniste, que entende o signo linguístico como portador de dupla relação.

NOME PRÓPRIO DE PESSOA

A escolha dos nomes mundo afora, em diferentes povos, é distinta e segue uma série de particularidades, como as tradições, a religião, o lugar geográfico de nascimento ou fatos curiosos de evolução histórica. De acordo com Bajo Pérez (2002), quase todas as sociedades formam seus nomes próprios a partir das denominações clássicas. Ela explicita a ideia:

En las llamadas ‘sociedades primitivas’, la imposición de nombres propios de persona está relacionada o con complejas estructuras totémicas, o con significados simbólicos, o con

³ Na linguística, o termo fossilização é uma expressão do geógrafo francês Jean Brunhes, para quem o topônimo era um fóssil da geografia humana, já que, mesmo com o desaparecimento dos fatores motivacionais, eles ainda podem permanecer cristalizados e intactos em um topônimo. (BRUNHES, J. La Géographie Humaine. Paris, 1925).



intereses y aspiraciones de la comunidad, o con estados de ánimo de los parientes, o con condiciones objetivas prefijadas 4(BAJO PÉREZ, 2002, p. 16).

Historicamente, os nomes próprios foram criados a partir de nomes comuns ou adjetivos substantivados. Eles têm como elementos constitutivos, basicamente, apelidos metafóricos, nomes de lugares ou de profissões.

Dauzat afirma que “o nome próprio se aplica a um indivíduo ou mais indivíduos tomados em particular, não a todos” (1950, p. 1-2). Pulgram (1954) analisa a implicação da significação do conceito nome próprio: o onoma grego, traduzido para o latim como *nomen proprium*, não teria aqui apenas o significado de “próprio” no sentido de propriedade, mas também possuiria o sentido de peculiar, característico, em oposição a comum, ordinário. Segundo Dauzat,

O valor mágico atribuído às palavras nas sociedades antigas aparecia com uma força particular nos nomes que designam o indivíduo. Para o primitivo, expôs o penetrante sociólogo A. Niceforo, em páginas sugestivas, o nome é ligado inseparavelmente ao ser designado, nele se incorpora, de tal modo que os selvagens escondem seu verdadeiro nome aos desconhecidos para se preservar dos malefícios. (DAUZAT, 1950, p. 7)

Vasconcellos, na obra *Onomatologia* (1931), divide essa ciência em três ramos: “estudo dos nomes geográficos ou Toponímia; estudo de nomes de pessoas, ou Antroponímia; e estudo de nomes vários, isto é, de deuses, ventos, astros, sinos, embarcações e outros” (VASCONCELLOS, 1931, p. 460). O autor realizou um estudo aprofundado e exaustivo dos três segmentos citados, com análise de inúmeros nomes próprios e generosas abonações. De acordo com ele, “estudar nomes próprios, é classificá-los segundo as fontes de que provêm, e explicar, quanto possível, a origem de cada um” (VASCONCELLOS, 1931, p. 460).

Essa relação, nem sempre expressa de maneira transparente, torna o estudo dos antropônimos, uma atividade envolvente, que pode ser comparado à leitura de um mapa do tesouro. Pista a pista, o significado vai sendo revelado. Na obra *I nomi di persona in Italia; dizionario storico etimologico*, as autoras explicitam o caráter de sedução emocional e motivação por trás dos nomes próprios:

I nomi di persona possiedono per loro natura caratteri di attrattiva emozionale altamente coinvolgenti: il nome è di fatto il primo ritratto di una persona che non si sa ancora come sarà, racchiusa tra il passato da cui proviene attraverso la famiglia, e il futuro verso il quale si proietta in una promessa di vita. Lo si confessi o no, la scelta di chi ha il privilegio, l'onore e la responsabilità di attribuire un nome non è facile: entrano in gioco, da una parte, la cultura, le tradizioni locali, i legami parentali, le esperienze personali, vale a dire gli affetti (per il territorio, per la famiglia, per se stessi), dall'altra, la paura del futuro, oscuro per tutti e quindi generatore di ansie, più o meno consciamente esorcizzate attraverso

⁴ Nas chamadas ‘sociedades primitivas’, a imposição de nomes próprios de pessoa está relacionada ou com complexas estruturas totêmicas ou com significados simbólicos ou com interesses e aspirações da comunidade, ou com estado de ânimo dos pais ou com condições objetivas pré-fixadas. BAJO PÉREZ, E. (2002): *La caracterización morfosintáctica del nombre propio*. [Trad. nossa].



proposte augurali che investono la bellezza, la bontà, la ricchezza, la felicità del neonato ed anche dei genitori.⁵ (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).

O dinamismo da língua faz com que o nome perca, rapidamente, seu verdadeiro significado. Ele é ocultado por uma forma opaca, que deixa apenas uma espécie de embalagem, que em nada ajuda a se conhecer o que está dentro dela.

Na questão dos nomes próprios, Dick esclarece que:

os nomes próprios, principalmente os mais antigos e conservadores, podem incorporar o característico de dêiticos, na acepção que lhes confere o sistema. São apontadores de referências individuais e sociais, trazendo a característica de grupos sintáticos estáveis, no conjunto de seus elementos formadores (prenome + apelido de família). (DICK, 2001, p. 85).

Mas, para que esses significados sejam revelados, faz-se necessário ir além do aspecto linguístico que o explica – é preciso clarear o sentido que existe por trás de tais nomes, já que signos onomásticos são opacos. Para Dauzat (1950), assim como os nomes de pessoas, os nomes de lugares se apresentam a nós como palavras antigas, de significado preciso, cristalizadas e esterilizadas de modo mais ou menos rápido, esvaziadas de sentido original.

Carvalhinhos e Antunes (2007) reiteram a ideia, explicando que um nome pode ser opaco, “pela sobreposição de camadas linguísticas, no sentido de várias etapas evolutivas de uma mesma língua”.

Dick explicita a questão:

Nomes próprios de pessoas são obscurecidos em seu conteúdo léxico-semântico pela opacidade do próprio signo que os conforma, distanciados, da maioria das ocorrências, do foco original. (...) Determinadas expressões ainda são significativas, etimologicamente, para a população, mesmo a mais leiga, que acaba assimilando seu significado e transmitindo-o, em cadeia, pela repetição habitual. Mas são poucas as que, ainda hoje, são escolhidas pelo conteúdo semântico, a maioria delas responde, apenas, a uma percepção fônica mais sensível ou mais sonora ao gosto dos pais, à moda difundida pela mídia em geral e, principalmente, ao fato de serem ‘nomes’ de ídolos populares, personagens famosas ou pessoas importantes. O que significa, sem dúvida, um culto ou um respeito, ainda que inconsciente, à concepção mágica que os nomes pessoais continuam carregando. (DICK, 2001, p. 85)

A estudiosa explica:

⁵ Os nomes de pessoa possuem por sua natureza caracteres de sedução emocional altamente envolventes: o nome é de fato o primeiro retrato de uma pessoa a qual não se sabe ainda como será, circunscrita entre o passado de que provém através da família, e o futuro para o qual se projeta numa promessa de vida. Confesse a gente ou não, a escolha de quem tem o privilégio, a honra e a responsabilidade de atribuir um nome não é fácil: entram em jogo, por um lado, a cultura, as tradições locais, os liames de parentesco, as experiências pessoais, vale dizer, os afetos (pela terra, pela família, por si próprios), por outro lado, o medo do futuro, obscuro para todos e, portanto, gerador ânsias, mais ou menos conscientemente exorcizadas através de propostas augurais que elegem a beleza, a bondade, a riqueza, a felicidade do recém-nascido e também dos pais. (ROSSEBASTIANO; PAPA, 2005, p. IX).



O denominador é apenas um elemento da cultura nacional, da qual é projeção e em que se manifesta, de modo particularizante. O sistema denominativo que aciona é, assim, um reflexo de tudo aquilo que representa, cumulativamente, hábitos, usos, costumes, moral, ética, religião. (DICK, 1996, p. 13)

Desse modo, no ato de nomeação, são evocados elementos semânticos de diferentes procedências. Se esses designativos forem estudados, pode-se perceber que o significado tende a ter um vínculo entre o objeto denominado e seu denominador. Assim, o signo onomástico é motivado no momento do batismo, ao contrário do signo linguístico.

CONCLUSÃO

Em relação ao signo linguístico, Saussure e Benveniste explicitam, cada um à sua maneira, a relação entre significado e significante, seja no plano teórico e psíquico, seja no discurso, no uso da língua.

Para Saussure, o signo linguístico representa a menor unidade da língua e é formado por um conceito (significado) e uma imagem acústica (significante), que não existem separadamente. Saussure afirma, ainda, que o significante e o significado não têm relação direta com o objeto por eles designado. Assim, o nome não tem relação com a coisa, essa nomeação tem caráter arbitrário.

Já Benveniste relaciona a arbitrariedade mais com as relações de sentido e de referência, defendendo o uso de um mesmo signo em diferentes situações do discurso. Explicita, também, que a condição imprescindível para a constituição do signo é a significação, colocando-o como um integrante da ordem semiótica, na qual o sentido é o mais importante. Ao contrário de Saussure, o autor define o significante como a unidade formal da língua, que determina o significado.

Essa relação torna-se ainda mais próxima no signo onomástico, embora ele apresente alguns fenômenos como o esvaziamento semântico, que o levam à opacidade, à fossilização ou à cristalização do nome. O antropônimo, além de ser um signo onomástico, é um produto cultural, que mostra a concepção de mundo de uma região e de seus ocupantes. Se a língua é um elemento marcante da cultura, seu léxico e, conseqüentemente, o conjunto de seus nomes próprios de pessoas, bem como os de lugares, auxiliam nessa percepção.

O signo linguístico é arbitrário ou necessário; o signo onomástico é motivado. Além de diferenciarem-se no que se refere à motivação, o signo onomástico tem uma particularidade específica quanto à função. Deve, assim, ser percebido sob dois aspectos: a função do denominador (razões que fazem com que o falante selecione um signo onomástico e não outro) e a origem semântica da denominação, de modo transparente ou opaco.

Sem o conhecimento da motivação do signo onomástico, os nomes próprios de pessoas tornam-se meras etiquetas denotativas e identificadoras. Assim, pode-se supor que, da mesma forma arbitrária do signo linguístico saussuriano, o signo onomástico sofre uma perda contínua de sua motivação e essa relação, mesmo que tenha surgido de maneira convencional, pode tornar-se arbitrária.

**REFERÊNCIAS**

- BAJO PÉREZ, E. La caracterización morfosintáctica del nombre propio. Noia, A Coruña: Toxosoutos, 2002.
- BARBISAN, Leci B. e FLORES, Valdir do N. Sobre Saussure, Benveniste e outras histórias da linguística. In NORMAN, Claudine. Convite à linguística. São Paulo: Contexto, 2009.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de linguística geral II. Campinas: Pontes, 2005.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus; ANTUNES, Alessandra Martins. Princípios Teóricos de Toponímia e Antroponímia: a questão do nome próprio. Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos. Rio de Janeiro: CIFEFIL, 2007. Disponível em <http://www.filologia.org.br/xicnlf/2/09.htm>. Acesso em 18 de agosto de 2015.
- DAUZAT, Albert. Les noms de personnes; origine et évolution, prénoms – noms de famille – surnoms – pseudonoms. Paris: Dalagrave, 1950.
- DICK, Maria Vicentina do Amaral. Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos. São Paulo: Edições Arquivos do Estado, 1990.
- _____. A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554-1897. São Paulo: Annablume, 1996.
- _____. O sistema onomástico: bases lexicais e terminológicas, produção e frequência. In OLIVEIRA, Ana M. M; ISQUERDO, Aparecida Negri (orgs). As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia. Campo Grande: UFMS, 2001.
- MARCATO, Carla. Nomi di persona, nomi di luogo. Bologna: Mulino, 2009.
- SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo: Cultrix, 2004.
- ROSSEBASTIANO, Alda; PAPA, Elena. I nomi di persona in Itália; dizionario storico ed etimologico. Vol. I e II. Torino: UTET.
- VASCONCELLOS, J. Leite de. Opúsculos; Onomatologia. Vol. III. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1931.

Abstract: *The linguistic sign is differentiated from the onomastic sign by presenting an arbitrary character in relation to its referent opposed to the second which is motivated. The onomastics, that studies first names, is also characterized by its function particularity, which is to identify and individualize them. First names reveal sociocultural and economic standards and can be studied taking into consideration extralinguistics factors of own choice. This article will be based in Saussure and Benveniste's theory on linguistic sign's nature, as well as Dauzat, Marcato and Dick's thoughts on first names and the linguistics branches in charge of studying it.*

Keywords: *Linguistic sign. Onomastic sign. Name. Motivation. Conventionality*